SICOOB Crediprata

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA. - SICOOB CREDIPRATA na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB CREDIPRATA completou 28 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB CREDIPRATA obteve um resultado de R$ 3.891.246,02 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,40%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 55.705.349,91. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 73.388.119,11.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R$ 13.913.137,63	18,96%
Carteira Comercial	R$ 59.474.981,48	81,04%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 24,14% da carteira, no montante de R$ 17.742.980,66.

4. Captação

As captações, no total de R$ 89.138.780,77, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 11,06%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R$ 27.936.740,96	31,34%
Depósitos a Prazo	R$ 61.202.039,81	68,66%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 16,50% da captação, no montante de R$ 14.609.446,15.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIPRATA era de R$ 27.017.309,23. O quadro de associados era composto por 7.955 cooperados, havendo um acréscimo de 6,79% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIPRATA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,45% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

SICOOB Crediprata

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito 30/04/2016 na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIPRATA aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDIPRATA registrou (02) duas manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 02 (duas) reclamações, 01 (uma) foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na

SICOOB Crediprata

Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Lagoa da Prata, MG,16 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

Antônio Claret Rezende
Presidente do Conselho de Administração

Adriana Oliveira Gontijo Gomes
Conselho de Administração

Agnaldo Pereira Lopes
Conselho de Administração

Anderson Eustáquio Gontijo
Conselho de Administração

Antônio Francisco de Souza
Conselho de Administração

Helson Gontijo de Mesquita
Conselho de Administração

Ivo Jonas Gontijo
Conselho de Administração

Rafael Rezende Lacerda
Conselho de Administração

Ivo Jonas Gontijo
Diretor Administrativo

Nilsa Miranda
Diretora Financeira

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.
SICOOB CREDIPRATA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R$)

A T I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		**104.505.519,51**	**98.947.019,07**
Disponibilidades	4	**1.061.573,84**	**708.871,89**
Relações Interfinanceiras	5	**55.705.349,91**	**51.925.703,83**
Centralização Financeira - Cooperativas		55.705.349,91	51.925.703,83
Operações de Crédito	6	**46.376.093,88**	**45.264.429,10**
Operações de Crédito		48.835.350,56	47.735.535,91
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.459.256,68)	(2.471.106,81)
Outros Créditos	7	**960.917,82**	**981.755,67**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		98.047,12	49.680,78
Rendas a Receber		314.689,89	605.029,04
Diversos		601.847,07	445.063,08
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(53.666,26)	(118.017,23)
Outros Valores e Bens	8	**401.584,06**	**66.258,58**
Outros Valores e Bens		388.951,49	50.000,00
Despesas Antecipadas		12.632,57	16.258,58
Realizável a Longo Prazo		**25.856.101,90**	**25.151.820,41**
Operações de Crédito	6	**24.552.768,55**	**23.931.001,39**
Operações de Crédito		24.552.768,55	23.931.001,39
Outros Créditos	7	**1.303.333,35**	**1.220.819,02**
Diversos		1.303.333,35	1.220.819,02
Permanente		**5.109.209,95**	**4.925.911,98**
Investimentos	9	**3.564.279,49**	**3.423.610,50**
Participações em Cooperativas		3.385.558,28	3.244.889,29
Outros Investimentos		178.721,21	178.721,21
Imobilizado em Uso	10	**1.537.871,50**	**1.488.473,70**
Imóveis de Uso		1.468.317,50	1.468.317,50
Outras Imobilizações de Uso		1.572.085,88	1.357.249,34
(Depreciações Acumuladas)		(1.502.531,88)	(1.337.093,14)
Intangível	11	**7.058,96**	**13.827,78**
Ativos Intangíveis		53.635,52	53.635,52
(Amortização Acumulada)		(46.576,56)	(39.807,74)
			-
TOTAL DO ATIVO		**135.470.831,36**	**129.024.751,46**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.

SICOOB CREDIPRATA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R$)

PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		**101.022.744,83**	**96.977.932,91**
Depósitos	12	**89.138.780,77**	**80.261.162,72**
Depósitos à Vista		27.936.740,96	23.786.341,77
Depósitos a Prazo		61.202.039,81	56.474.820,95
Relações Interfinanceiras	13	**7.560.372,36**	**11.021.708,05**
Repasses Interfinanceiros		7.560.372,36	11.021.708,05
Relações Interdependências	14	**928.872,62**	**2.503.632,18**
Recursos em Trânsito de Terceiros		928.872,62	2.503.632,18
Obrigações Por Empréstimos	13	**-**	**89.512,03**
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	89.512,03
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	13	**91.999,80**	**294.213,88**
Outras Instituições		91.999,80	294.213,88
Outras Obrigações	15	**3.302.719,28**	**2.807.704,05**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		60.686,50	49.358,31
Sociais e Estatutárias		1.412.255,55	1.314.934,73
Fiscais e Previdenciárias		276.998,52	318.954,73
Diversas		1.552.778,71	1.124.456,28
Exigível a Longo Prazo		**7.426.447,05**	**8.355.953,10**
Relações Interfinanceiras	13	**6.118.636,32**	**7.130.671,68**
Repasses Interfinanceiros		6.118.636,32	7.130.671,68
Outras Obrigações	15	**1.307.810,73**	**1.225.281,42**
Diversas		1.307.810,73	1.225.281,42
Patrimônio Líquido	17	**27.021.639,48**	**23.690.865,45**
Capital Social		11.344.254,49	10.462.803,86
De Domiciliados no País		11.344.254,49	10.462.803,86
Reserva de Lucros		14.120.886,57	12.175.263,56
Sobras Acumuladas		1.556.498,42	1.052.798,03
TOTAL		**135.470.831,36**	**129.024.751,46**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.

SICOOB CREDIPRATA

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R$)

	Nota	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		**7.447.722,84**	**14.686.788,60**	**14.622.846,42**
Operações de Crédito		7.447.722,84	14.686.788,60	14.622.846,42
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		**(3.594.576,90)**	**(8.177.996,48)**	**(10.697.836,34)**
Operações de Captação no Mercado		(2.641.798,88)	(6.040.809,59)	(7.572.593,00)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(617.249,27)	(1.291.427,12)	(1.240.885,37)
Provisão para Operações de Créditos		(335.528,75)	(845.759,77)	(1.884.357,97)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		**3.853.145,94**	**6.508.792,12**	**3.925.010,08**
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		**(1.597.391,05)**	**(2.234.678,80)**	**(692.909,27)**
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		867.096,47	1.674.347,83	1.316.042,44
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		262.969,68	551.095,05	573.804,74
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(3.000.628,97)	(5.912.533,31)	(5.162.987,09)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.084.000,99)	(4.186.702,29)	(3.737.499,27)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(80.672,81)	(146.377,84)	(115.026,85)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.345.278,48	5.420.178,13	6.070.498,82
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	363.835,05	825.371,30	851.476,98
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(271.267,96)	(460.057,67)	(489.219,04)
Resultado Operacional		**2.255.754,89**	**4.274.113,32**	**3.232.100,81**
Resultado Não Operacional	21	**(24.660,39)**	**(29.290,93)**	**(14.072,05)**
Resultado Antes da Tributação/Participações		**2.231.094,50**	**4.244.822,39**	**3.218.028,76**
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(55.777,27)	(110.095,65)	(142.956,81)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(46.069,21)	(91.165,71)	(113.522,99)
Participação no Lucro (Sobra)		(43.480,77)	(152.315,00)	(180.884,69)
Sobras / Perdas antes das Destinações		**2.085.767,25**	**3.891.246,03**	**2.780.664,27**
PARTICIPAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	17.d	**-**	**(2.334.747,61)**	**(1.727.866,24)**
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(389.124,60)	(411.868,72)
Reserva Legal		-	(1.945.623,01)	(1.315.997,52)

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.

SICOOB CREDIPRATA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
Saldos em 31/12/2015	**9.363.869,39**	**10.859.266,04**	**1.230.617,28**	**21.453.752,71**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	**(299.370,84)**	**(299.370,84)**
Ao Capital	922.643,09	-	**(922.643,09)**	**-**
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	**(8.603,35)**	**(8.603,35)**
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	392.886,17	-	-	**392.886,17**
Por Devolução (-)	(216.594,79)	-	-	**(216.594,79)**
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	**2.780.664,27**	**2.780.664,27**
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	**(148.669,22)**	**(148.669,22)**
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	1.315.997,52	**(1.315.997,52)**	**-**
. F A T E S	-	-	**(263.199,50)**	**(263.199,50)**
Saldos em 31/12/2016	**10.462.803,86**	**12.175.263,56**	**1.052.798,03**	**23.690.865,45**
Saldos em 31/12/2016	**10.462.803,86**	**12.175.263,56**	**1.052.798,03**	**23.690.865,45**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	**(293.822,15)**	**(293.822,15)**
Ao Capital	756.443,38	-	**(756.443,38)**	**-**
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	**(2.532,50)**	**(2.532,50)**
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	308.036,51	-	-	**308.036,51**
Por Devolução (-)	(183.029,26)	-	-	**(183.029,26)**
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	**3.891.246,03**	**3.891.246,03**
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	1.945.623,01	**(1.945.623,01)**	**-**
. F A T E S	-	-	**(389.124,60)**	**(389.124,60)**
Saldos em 31/12/2017	**11.344.254,49**	**14.120.886,57**	**1.556.498,42**	**27.021.639,48**
Saldos em 30/06/2017	**11.208.868,47**	**12.175.263,56**	**1.805.478,78**	**25.189.610,81**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	198.807,46	-	-	**198.807,46**
Por Devolução (-)	(63.421,44)	-	-	**(63.421,44)**
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	**2.085.767,25**	**2.085.767,25**
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	1.945.623,01	**(1.945.623,01)**	**-**
. F A T E S	-	-	**(389.124,60)**	**(389.124,60)**
Saldos em 31/12/2017	**11.344.254,49**	**14.120.886,57**	**1.556.498,42**	**27.021.639,48**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.

SICOOB CREDIPRATA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	**2.231.094,50**	**4.244.822,39**	**3.218.028,76**
IRPJ / CSLL	(101.846,48)	(201.261,36)	(256.479,80)
Provisão para Operações de Crédito	90.315,93	(11.850,13)	1.236.036,50
Depreciações e Amortizações	118.658,60	228.528,23	214.478,24
Participação dos Funcionários nos Lucros	(43.480,77)	(152.315,00)	(180.884,69)
Baixa/ajustes no Imobilizado	-	6.438,28	-
	2.294.741,78	**4.114.362,41**	**4.231.179,01**
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	800.407,09	(1.721.581,81)	(1.068.906,67)
Outros Créditos	(169.058,96)	(61.676,48)	(249.548,31)
Outros Valores e Bens	(279.150,03)	(335.325,48)	131.154,18
		-	-
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais		-	-
Depósitos a Vista	1.274.745,16	4.150.399,19	3.380.703,40
Depósitos sob Aviso	16.601,53	18.899,02	70,18
Depósitos a Prazo	(2.900.858,53)	4.708.319,84	6.278.259,49
Outras Obrigações	95.094,03	577.544,54	(125.553,78)
Relações Interdependências	888.474,43	(1.574.759,56)	376.381,34
Relações Interfinanceiras	(2.835.658,81)	(4.473.371,05)	(2.446.395,00)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(142.076,04)	(291.726,11)	(490.301,18)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**(956.738,35)**	**5.111.084,51**	**10.017.042,66**
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-	358,90
Inversões em Imobilizado de Uso	(127.406,39)	(277.595,49)	(48.774,56)
Inversões em Investimentos	(4.297,23)	(140.668,99)	(141.615,29)
Outros ajustes	-	-	5.277,18
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(131.703,62)**	**(418.264,48)**	**(184.753,77)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	198.807,46	308.036,51	392.886,17
Devolução de Capital à Cooperados	(63.421,44)	(183.029,26)	(216.594,79)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(2.532,50)	(8.603,35)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(293.822,15)	(299.370,84)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(148.669,22)
FATES Sobras Exercício	(389.124,60)	(389.124,60)	(263.199,50)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**(253.738,58)**	**(560.472,00)**	**(543.551,53)**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**(1.342.180,55)**	**4.132.348,03**	**9.288.737,36**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	58.109.104,30	52.634.575,72	43.345.838,36
No Fim do Período	56.766.923,75	56.766.923,75	52.634.575,72
Variação Líquida das Disponibilidades	**(1.342.180,55)**	**4.132.348,03**	**9.288.737,36**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SICOOB Crediprata

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA.
CNPJ - 26.178.111/0001-86

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA. - SICOOB CREDIPRATA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 16/06/1989, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIPRATA possui além da agência da matriz em Lagoa da Prata, Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Japaraíba, Moema e distrito de Esteios (Luz).

O SICOOB CREDIPRATA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

SICOOB Crediprata

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

SICOOB Crediprata

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

SICOOB Crediprata

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	1.061.573,84	708.871,89
Relações interfinanceiras – centralização financeira	55.705.349,91	51.925.703,83
Total	**56.766.923,75**	**52.634.575,72**

Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas	55.705.349,91	51.925.703,83
Total	**55.705.349,91**	**51.925.703,83**

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB Central Crediminas** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	155.095,55		155.095,55	142.446,09
Cheque Especial / Conta Garantida	3.186.408,92		3.186.408,92	2.843.421,01
Empréstimos	22.978.357,59	17.826.574,09	40.804.931,68	32.278.582,44
Financiamentos	1.210.897,73	773.566,02	1.984.463,75	2.260.370,00
Títulos Descontados	13.344.081,58	-	13.344.081,58	15.888.725,60
Financiamento Rural Próprio	1.313.303,02	737.112,84	2.050.415,86	45.614,17
Financiamento Rural Repasses	6.647.206,17	5.215.515,60	11.862.721,77	18.207.377,99
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(2.459.256,68)	-	(2.459.256,68)	(2.471.106,81)
Total	**46.376.093,88**	**24.552.768,55**	**70.928.862,43**	**69.195.430,49**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A	0,50%	Normal	17.274.643,57	(86.373,23)	24.624.184,81	(123.120,93)
B	1%	Normal	36.151.959,50	(361.519,65)	38.070.183,19	(380.701,85)
B	1%	Vencidas	127.905,00	(1.279,05)	169.578,19	(1.695,78)
C	3%	Normal	17.139.509,46	(514.185,37)	5.518.718,96	(165.561,58)
C	3%	Vencidas	90.716,52	(2.721,50)	356.927,31	(10.707,82)
D	10%	Normal	350.618,53	(35.061,86)	349.154,10	(34.915,41)
D	10%	Vencidas	26.570,07	(2.657,01)	107.472,52	(10.747,25)
E	30%	Normal	274.497,90	(82.349,38)	112.706,81	(33.812,04)
E	30%	Vencidas	222.071,16	(66.621,36)	145.574,83	(43.672,45)
F	50%	Normal	356.396,06	(178.198,06)	751.074,25	(375.537,14)
F	50%	Vencidas	93.600,44	(46.800,23)	49.049,79	(24.524,90)
G	70%	Normal	659.687,92	(461.781,62)	417.809,37	(292.466,57)
G	70%	Vencidas	782,06	(547,44)	68.200,28	(47.740,20)
H	100%	Normal	475.850,16	(475.850,16)	374.070,33	(374.070,33)
H	100%	Vencidas	143.310,76	(143.310,76)	551.832,56	(551.832,56)
Total Normal			72.683.163,10	(2.195.319,34)	70.217.901,82	(1.780.185,85)
Total Vencido			704.956,01	(263.937,34)	1.448.635,48	(690.920,96)
Total Geral			73.388.119,11	(2.459.256,68)	71.666.537,30	(2.471.106,81)
Provisões			(2.459.256,68)	-	(2.471.106,81)	-
Total Líquido			70.928.862,43	-	69.195.430,49	-

SICOOB Crediprata

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	7.476.731,12	15.501.626,47	17.826.574,09	**40.804.931,68**
Títulos Descontados	-	12.165.953,18	1.178.128,40	-	**13.344.081,58**
Financiamentos	-	352.784,57	858.113,16	773.566,02	**1.984.463,75**
Financiamentos Rurais	-	931.615,00	7.028.894,19	5.952.628,44	**13.913.137,63**
Adiantamento a Depositantes	155.095,55	-	-	-	**155.095,55**
Cheque Especial / Conta Garantida	3.186.408,92	-	-	-	**3.186.408,92**
Total	**3.341.504,47**	**20.927.083,87**	**24.566.762,22**	**24.552.768,55**	**73.388.119,11**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.239.743,68	8.279.659,57	5.067.491,52	-	14.586.894,77	**20%**
Setor Privado - Indústria	55.176,22	434.893,79	277.827,42	-	767.897,43	**1%**
Setor Privado - Serviços	893.488,71	6.339.492,85	1.452.154,26	-	8.685.135,82	**12%**
Pessoa Física	1.153.087,54	27.522.262,85	6.404.006,98	13.913.137,63	48.992.495,00	**67%**
Outros	8,32	213.086,37	142.601,40	-	355.696,09	**0%**
TOTAL	**3.341.504,47**	**42.789.395,43**	**13.344.081,58**	**13.913.137,63**	**73.388.119,11**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	2.471.106,81	1.235.070,31
Constituições/Reversões no período	910.110,74	1.780.508,99
Transferência para Prejuízo no período	(921.960,87)	(544.472,49)
Total	**2.459.256,68**	**2.471.106,81**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.984.237,34	2,70%	1.805.295,42	2,52%
10 Maiores Devedores	11.962.231,00	16,28%	10.568.720,44	14,74%
50 Maiores Devedores	29.487.878,15	40,13%	26.629.571,59	37,13%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.855.973,53	1.525.636,46
Valor das operações transferidas no período	921.960,87	544.472,49
Valor das operações recuperadas no período	(199.707,45)	(214.135,42)
Total	**2.578.226,95**	**1.855.973,53**

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a depositantes	179.960,64	302.969,64
Rendas de Empréstimos	9.261.656,64	8.487.998,39
Rendas de Títulos Descontados	3.282.071,29	3.894.206,79
Rendas de Financ.	442.516,31	482.290,39
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Livres	2.437,90	33.223,90
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Livres	110.824,30	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à Vista (Obrigatórios)	433.695,01	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Com Recursos Direcionados da Poupança Rural	102.199,93	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Repassadas e Refinanciadas	671.700,98	1.204.002,78
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	199.725,60	217.879,41
Rendas de Créditos Decorrentes de Contratos de Exportação Adquiridos	-	-
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	275,12
Total de Operações de Crédito	**14.686.788,60**	**14.622.846,42**

SICOOB Crediprata

Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	98.047,12	49.680,78
Rendas a Receber (a)	314.689,89	605.029,04
Devedores por Depósito e Garantia (b)	1.303.333,35	1.220.819,02
Títulos e Créditos a Receber (c)	7.196,85	30.370,84
Devedores Diversos (d)	594.650,22	414.692,24
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(53.666,26)	(118.017,23)
Total	**2.264.251,17**	**2.202.574,69**

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R$ 309.791,30) e rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R$ 4.898,59);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: , Recursos Fiscais (R$ 59.022,86), PIS sobre Atos Cooperativos (R$ 158.602,15) COFINS sobre Atos Cooperativos (R$ 802.110,60) e PIS sobre Folha de Pagamento (R$ 283.597,74);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R$ 7.196,85);

(d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de férias aos colaboradores (R$ 17.288,45), pendências a regularizar (R$ 265.406,69), plano de saude a receber (R$ 221.204,36), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R$ 44.382,67) e outros credores diversos (R$ 46.368,05).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
E	30%	58.922,84	58.922,84	(17.676,87)	25.743,57	(7.723,08)
F	50%	6.269,79	6.269,79	(3.134,90)	1.769,85	(884,93)
G	70%	-	-	-	10.462,22	(7.323,56)
H	100%	32.854,49	32.854,49	(32.854,49)	11.705,14	(11.705,14)
Total Geral		**98.047,12**	**98.047,12**	**(53.666,26)**	**49.680,78**	**(27.636,71)**
Provisões		(53.666,26)	(53.666,26)		(27.636,71)	
Total Líquido		**44.380,86**	**44.380,86**		**22.044,07**	

Outros valores e bens

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R$ 380.337,38, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Descrição Imóvel	Valor
01 casa residencial com 30,00 m² de construção, nº 1.133, situada na Rua Tamóios, em Moema – MG	210.337,38
01 casa residencial com 64,00 m² de construção, nº 1.121, situada na Rua Tamóios, em Moema – MG	170.000,00

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R$ 12.632,57, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, contribuição cooperativista e sindical, contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, IPTU e IPVA.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	8.614,11	-
Despesas Antecipadas	12.632,57	16.258,58
Total	**21.246,68**	**16.258,58**

Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CREDIMINAS e ações do BANCOOB.

SICOOB Crediprata

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	3.385.558,28	3.244.889,29
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	172.721,21	172.721,21
Outros Investimentos	6.000,00	6.000,00
TOTAL	**3.564.279,49**	**3.423.610,50**

0. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizações em Curso	(*)	68.048,80	-
Terrenos	-	40.000,00	40.000,00
Edificações	4%	1.428.317,50	1.428.317,50
Móveis e Equipamentos	10%	937.109,85	907.590,88
Sistema de Processamento de Dados	20%	345.487,25	283.554,70
Sistemas de Comunicação	10%	41.906,46	42.456,46
Sistema de Transportes	20%	128.196,97	78.859,20
Sistema de Segurança	10%	51.336,55	44.788,10
TOTAL		**3.040.403,38**	**2.825.566,84**
Depreciação acumulada		(1.502.531,88)	(1.337.093,14)
TOTAL		**1.537.871,50**	**1.488.473,70**

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

1. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Softwares	Até 20% a.a.	53.635,52	53.635,52
Amortização acumulada		(46.576,56)	(39.807,74)
TOTAL		**7.058,96**	**13.827,78**

2. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	27.936.740,96	23.786.341,77
Depósito Sob Aviso	1.664.094,42	1.645.195,40
Depósito a Prazo	59.537.945,39	54.829.625,55
Total	**89.138.780,77**	**80.261.162,72**

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

SICOOB Crediprata

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	153.536,40	212.073,75
Despesas de Depósitos a Prazo	5.755.671,46	7.243.643,44
Desp.Contribuição ao Fundo Garantidor	131.601,73	116.875,81
Total Despesas com Captação no Mercado	**6.040.809,59**	**7.572.593,00**

3. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017 Circulante	31/12/2017 Não Circulante	31/12/2016
BANCOOB	De 1% a 9,5% a.a	Diversos	7.560.372,36	6.118.636,32	18.152.379,73
BDMG	TJLP +1,5% aa	2017	91.999,80	-	294.213,88
CREDIMINAS	0,45% a.m	2017	-	-	89.512,03
Total			**7.652.372,16**	**6.118.636,32**	**18.536.105,64**

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	(3.120,78)	(7.884,82)
Bancoob	(1.274.641,27)	(1.194.065,47)
Outros	(13.665,07)	(38.935,08)
Total	**(1.291.427,12)**	**(1.240.885,37)**

4. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	858.704,57	2.485.310,86
Concessionários de Serviços Públicos	33.600,17	17.652,89
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	36.567,88	668,43
Total	**928.872,62**	**2.503.632,18**

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

5. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	60.686,50	49.358,31
Sociais e Estatutárias	1.412.255,55	1.314.934,73
Fiscais e Previdenciárias	276.998,52	318.954,73
Diversas	2.860.589,44	2.349.737,70
TOTAL	**4.610.530,01**	**4.032.985,47**

5.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.079.813,72	1.177.482,55
Cotas de capital a pagar (b)	180.126,83	137.452,18
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	152.315,00	-
Total	**1.412.255,55**	**1.314.934,73**

SICOOB Crediprata

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2018.

5.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	48.376,72	72.200,35
Impostos e contribuições a recolher	228.621,80	246.754,38
Total	**276.998,52**	**318.954,73**

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Pessoal	568.981,54	547.836,50
Outras Despesas Administrativas (a)	227.730,11	149.682,61
Cheques Descontados (b)	294.433,37	129.345,86
Credores Diversos – País (c)	333.404,15	264.124,72
Provisão para Garantias Prestadas (d)	128.229,54	33.466,59
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.307.810,73	1.225.281,42
Total	**2.860.589,44**	**2.349.737,70**

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R$ 2.551,33), segurança e vigilância (R$ 54.063,57), plano de saúde (R$ 76.780,06), seguro prestamista (R$ 43.569,84) e outras despesas administrativas (R$ 50.765,31);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

(c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R$ 215.099,96), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R$ 45.287,48), credores diversos-liquidação cobrança (R$ 56.606,07) e outros credores diversos (R$ 16.410,64);

(d) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Coobrigações	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA		-	-	18.595,48	-
A	0,5%	1.983.606,13	(9.918,16)	3.006.576,62	(15.032,97)
B	1%	2.046.245,79	(20.462,56)	695.632,82	(6.956,36)
C	3%	750.169,03	(22.505,07)	61.982,69	(1.859,46)
D	10%	72.007,10	(7.200,75)	18.610,53	(1.861,06)
E	30%	165.141,83	(49.542,56)	9.349,94	(2.804,99)
F	50%	12.558,58	(6.279,29)	-	-
G	70%	6.230,92	(4.361,65)	-	-
H	100%	7.959,50	(7.959,50)	4.951,75	(4.951,75)
Total		**5.043.918,88**	**(128.229,54)**	**3.815.699,83**	**(33.466,59)**

SICOOB Crediprata

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

6. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIPRATA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	11.344.254,49	10.462.803,86
Associados	7.955	7.449

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Capital Social	R$ 758.975,88
Conta Corrente	R$ 293.822,15

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	3.891.246,03	2.780.664,27
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		(148.669,22)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**3.891.246,03**	**2.631.995,05**
Destinações estatutárias		
Reserva legal –50%	(1.945.623,01)	(1.315.997,52)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(389.124,60)	(263.199,50)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	**1.556.498,42**	**1.052.798,03**

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

SICOOB Crediprata

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	1.555.497,05	1.277.418,44
Despesas específicas de atos não cooperativos	(357.725,04)	(111.899,25)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(661.044,89)	(484.747,36)
Resultado operacional	**536.727,12**	**680.771,83**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(29.290,93)	(14.072,05)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**507.436,19**	**666.699,78**
Imposto de Renda e CSLL	(196.551,45)	(256.465,00)
Resultado de Operações com Associados	(368.225,55)	(261.565,56)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**(57.340,81)**	**148.669,22**

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	79.819,60	247.064,75
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	17.483,95	1.296,39
Rendas de Repasses Interfinanceiros	10.169,74	32.385,82
Rendas de Cartões	375.738,98	217.999,53
Dividendos	21.690,30	-
Distribuição de Sobras da Central	222.651,38	267.442,16
Outras Rendas Operacionais (a)	97.817,35	85.288,33
Total	**825.371,30**	**851.476,98**

(a) Refere-se basicamente a atualização monetária de depósitos judiciais.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.658,90)	(3.304,43)
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(43.971,69)	(84.855,93)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(10.303,74)	(23.985,01)
Contrib.ao Fundo Garantidor de Depósitos	(2.481,32)	(4.604,62)
Provisão para Passivos Contingentes	(82.572,35)	(99.220,42)
Outras Despesas Operacionais (a)	(61.157,59)	(103.274,18)
Provisão para Garantias Prestadas	(112.246,90)	(18.649,60)
Contrib.ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(5.650,82)	(3.295,38)
Contrib.ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(3.214,97)	(1.941,45)
Contrib.ao Fundo de Invest. em Tecnologia da Informação	(135.799,39)	(146.088,02)
Total	**(460.057,67)**	**(489.219,04)**

(a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV (R$ 22.804,64), perdas operacionais (R$ 27.800,64) e outras despesas (R$ 10.552,31).

1. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucros na Alienação de Valores e Bens	1.980,00	7.685,46
Ganhos de Capital	4.567,69	1.344,43
Rendas de Alugueis	-	200,00
Total de Receitas Não Operacionais	**6.547,69**	**9.229,89**
Prejuízo na Alienação de Investimentos	-	(14.906,49)
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-	(300,36)
Perdas de Capital	(35.838,62)	(250,01)
Outras	-	(7.845,08)
Total de Despesas Não Operacionais	**(35.838,62)**	**(23.301,94)**
Resultado Líquido	**(29.290,93)**	**(14.072,05)**

SICOOB Crediprata

2. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	819.771,63	0,37%	2.848,63
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	573.730,33	0,26%	3.981,00
TOTAL	**1.393.501,96**	0,64%	**6.829,63**
Montante das Operações Passivas	959.361,79	1,43%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10.709,25	186,25	1%
Conta Garantida	9.336,02	93,36	0%
Crédito Rural	721.996,05	9.833,73	5%
Empréstimo	448.655,97	9.378,34	1%
Financiamento	4.633,47	46,33	0%
Títulos Descontados	20.549,64	102,75	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	128.698,08	0,46%	0%
Depósitos a Prazo	1.450.724,05	2,37%	0,54%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIPRATA.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,79%
Empréstimos	1,75%
Financiamento	1,65%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,56%

SICOOB Crediprata

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,28%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Credito Rural	0,27%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	1.163.000,00
Empréstimos e Financiamentos	1.785.347,15
Títulos Descontados	284.031,26

No exercício de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R$)	
Descrição	**31/12/2017**
Honorários	392.737,76
Conselheiros de Administração	292.596,38
FGTS Diretoria	31.418,96
INSS	148.849,10
Total	**865.602,20**

3. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDIPRATA em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIPRATA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	55.705.349,91	51.925.703,83
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	3.385.558,28	3.244.889,29
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)	-	89.512,03

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2017, com opinião sem modificação.

SICOOB Crediprata

4. Gerenciamento de Risco

24.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **Sicoob CREDIPRATA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **Sicoob CREDIPRATA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

a) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

b) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

c) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **Sicoob CREDIPRATA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **Sicoob CREDIPRATA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **Sicoob CREDIPRATA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

SICOOB Crediprata

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **Sicoob CREDIPRATA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **Sicoob CREDIPRATA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **Sicoob CREDIPRATA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

.

5. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 5.043.918,88 - (31/12/2016 - R$ 3.815.699,83), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

6. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

7. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de em 31 de dezembro de 2017.

8. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	31/12/2017		31/12/2016	
Descrição	**Provisão para Contingências**	**Depósitos Judiciais**	**Provisão para Contingências**	**Depósitos Judiciais**
PIS	158.602,15	158.602,15	153.281,87	153.281,87
PIS FOLHA	287.075,12	283.597,74	239.675,01	236.212,61
COFINS	802.110,60	802.110,60	774.840,72	774.840,72
INSS	59.022,86	59.022,86	57.483,82	56.483,82
Outras contingências	1.000,00	-	-	-
Total	**1.307.810,73**	**1.303.333,35**	**1.225.281,42**	**1.220.819,02**

SICOOB Crediprata

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

29. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atende-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Lagoa da Prata, 16 de Fevereiro de 2018.

Ivo Jonas Gontijo
Diretor Administrativo

Nilsa Miranda
Diretora Financeira

Elaine Cristina Neto
Contadora CRC/MG 082.177

SICOOB Crediprata

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco Ltda. – **Sicoob Crediprata**, reunidos em 21 de Março de 2018 analisaram os Relatórios de Controle Interno e das Auditorias internas e externas, referente ao exercício encerrado em **31/12/2017,** declaram, para os devidos fins, que examinaram, conferiram as contas e inspecionaram os livros atinentes. Assim sendo, em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representa adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2017. Portanto, somos unânimes e favoráveis à aprovação das contas apresentadas pela Diretoria, referente ao exercício de 2017.

Lagoa da Prata (MG), 21 de Março de 2018.

Diniz Moises Santos
Coordenador

Humberto Gontijo Batista
Conselheiro Efetivo

Jose Francisco Resende
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA. - SICOOB CREDIPRATA
Lagoa da Prata/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco LTDA. - Sicoob Crediprata, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediprata em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2018.

Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750